

Resenha Crítica

WEBER, Max. Estudos políticos. Rússia 1905 e 1917. *Rio de Janeiro: Azougue, 2005, 215 p.*

Sérgio da Mata
Prof. Adjunto do Departamento de História da UFOP

Por volta de 1905 a atenção de Max Weber gravitava em torno dos colossos norte-americano e russo. A publicação da segunda parte da *Ética Protestante* estava concluída, e, no ano anterior, ele viajara, na companhia de sua esposa Marianne e de Ernst Troeltsch, para a Exposição Universal em Saint Louis. Foi forte a impressão que teve dos Estados Unidos, como se pode ver nas longas cartas reproduzidas na biografia escrita por Marianne. Em 1906, ele publica no jornal protestante-liberal *Christliche Welt* um ensaio sobre “Igrejas e seitas na América do Norte”, no qual atribui à ética do puritanismo e das seitas o *ethos* liberal daquele país. Esta apreciação remete de forma explícita aos trabalhos de Georg Jellinek. Em 1895, Jellinek havia postulado que o fundamento do liberalismo político norte-americano foi o ideal de liberdade religiosa trazido pelos colonos protestantes.

Os estudos de Weber sobre a Rússia, publicados na mesma época, trabalham com uma problemática similar. Para ele, a Alemanha poderia e deveria aprender com as experiências que se desenrolavam a oeste e a leste. Pois nelas se encerrava, se assim podemos nos expressar, um dos grandes dilemas da modernidade. Tratava-se, quanto aos Estados Unidos, da seguinte questão: como não perder a liberdade a duras penas conquistada? Ele expressa no mencionado artigo do *Christliche Welt* a convicção de que “o caráter democrático da América do Norte é dependente do caráter colonial de sua civilização, e, por conseguinte, demonstra a tendência de declinar juntamente com este último”. Quanto à Rússia, o dilema aparecia sob uma forma invertida: como podem os atores sociais *inventar* a liberdade?

O interesse de Weber pela Rússia vinha de longe. Ele estava bastante familiarizado com a literatura de Dostoiévski e Tolstói, bem como com os escritos do filósofo Vladimir Soloviev. Em 1912, chegaria a anunciar, em carta, o desejo de escrever um livro (o que nunca chegou a ocorrer) sobre a ética em Tolstói.

Foi provavelmente através de Theodor Kistiakovski, professor de filosofia do direito na Universidade de Heidelberg, que Weber estreitou seus laços com inúmeros estudantes russos. Ele simpatizava com a plataforma dos *Kadets* (constitucional-democratas) e abriu-lhes espaço no *Archiv für Sozialwissenschaft*. Quando o “domingo sangrento” precipita os acontecimentos na Rússia, Weber, que dominara rapidamente o russo, passa a acompanhar atentamente a imprensa daquele país, pois considerava demasiado hostil a cobertura da imprensa alemã.

Infelizmente, muito da substância do empreendimento de Weber se perdeu nesta edição brasileira. As diferenças em relação aos textos originais são enormes. Basta dizer que o primeiro dos estudos do volume (“A situação da democracia burguesa na Rússia”), que no original possui 119 páginas, na edição da Azougue tem apenas 62. Das mais de 90 notas inseridas por Weber chegaram apenas cinco, sendo apenas três delas da pena do próprio autor. Desnecessário dizer que, com isso, se perde muita coisa importante. Na primeira nota do original, Weber adverte que sequer reclama para si um conhecimento aprofundado da situação da Rússia. Ele pretende apenas oferecer um substituto temporário para um “relato político-social sério” da Revolução de 1905. Weber caracteriza seu artigo como “notas ao estilo de crônicas” (*chronikartige Notizen*). Uma verdadeira história dos acontecimentos só poderia ser escrita, diz, depois de se reunir uma grande quantidade de documentos escritos, aos quais o pesquisador ocidental ainda não tinha acesso.

Limitemo-nos, em todo caso, ao texto tal como foi posto à disposição do leitor brasileiro. Em “A situação da democracia burguesa na Rússia”, Weber discute o projeto de constituição elaborado por Piotr Struve, um ex-marxista convertido ao liberalismo e discípulo de Jellinek (Struve havia inclusive publicado no *Archiv*). Toda a discussão se dá em torno de uma tríade: a situação das forças políticas liberais, a crise do regime político czarista e as reivindicações do campesinato.

Eis uma consideração surpreendente para um autor que ainda se definia, em grande medida, como historiador: “com exceção da Igreja e das comunidades camponesas (...), não existe [na Rússia] mais nada de ‘histórico’” (p. 51). O regime czarista fazia lembrar a monarquia de Diocleciano. Essa propensão a julgar a-históricas as estruturas social e política russa não era exatamente incomum na Alemanha. Engels manifestara opinião semelhante. Aquilo que os fundadores do materialismo histórico chamaram “despotismo oriental” era também objeto de preocupação para Weber – que, curiosamente, manteria sua opinião a respeito do suposto imobilismo russo. Em uma participação oral no primeiro congresso alemão de sociologia, em 1911, Weber afirma que o cristianismo russo mantivera basicamente as mesmas feições do cristianismo antigo: “*Das russische Christentum war und ist noch heute in seinen spezifischen Typen in hohem Maße antikes Christentum*”. Portanto, era em “ambiente ainda arcaico” (p. 144) que se tentavam implantar reformas de cunho liberalizante.

Weber avalia as possibilidades dos reformistas a partir da confluência de distintas forças sociais e econômicas favoráveis: os *zemstvos* (conselhos comunais criados por Alexandre II), o desenvolvimento do capitalismo, a organização crescente dos partidos liberais. Ele se detém sobre a legislação eleitoral antes da convocação da Duma, em maio de 1906. Weber

antevê a radicalização do processo político, diante da perspectiva de forte presença da representação camponesa e dos diversos segmentos da esquerda russa. Ele vê com pessimismo esta possibilidade, pois considera que a massa popular “ainda não possui formação política” (p. 62). Da visão mística de Soloviev sobre a “missão” do povo russo à ética heróica de Tolstoi, do radicalismo da esquerda revolucionária à intransigência da burocracia czarista, tudo isso lhe parecia configurar um quadro em que o exercício de uma *Realpolitik* era virtualmente impossível.

Dada a fragilidade da incipiente burguesia russa, o campesinato tornara-se o fiel da balança. O “radicalismo furioso das massas” rurais (p. 77) alimentava-se do avanço do capitalismo no campo e mesmo da redistribuição de terras: “a execução do programa de reforma agrária dos democratas burgueses viria a dar (...) um enorme impulso ao ‘espírito’ do comunismo agrário e do socialismo agrário entre os camponeses” (p. 79). Ademais, o forte sentimento anti-burocrático do campesinato conduzia a Rússia a outro dilema. As massas rurais aparentemente dispunham-se a aceitar a parlamentarização, mas não o aumento do peso do aparato burocrático por ela acarretada. Mais ainda: nada poderia garantir que, de um momento para o outro, seu radicalismo político-social não se transformasse em reacionarismo.

Weber não acreditava que os marxistas pudessem encontrar uma solução para a questão agrária, e nada lhe sugeria que na Rússia de então houvessem “estadistas” à altura da crise (p. 99). A missão dos liberais consistiria em lutar contra o centralismo e difundir entre as massas o individualismo e a noção de direitos da pessoa. A tarefa não era das mais simples. Crítico mordaz do liberalismo russo, Dostoievski observa, em seu *Journal d'un écrivain*, que uma das maiores dificuldades, nesse sentido, consistia na adesão meramente epidérmica a tais valores: “*En public, un Russe sera un européen, un citoyen du monde, le chevalier défenseur des droits humains (...). Rentré chez lui il s'écriera au besoin: 'Eh! au diable les opinions et même la liberté. Qu'on me fouette si l'on veut, je m'en monque!*’”.

Por outro lado, tais valores tinham a ingrata tarefa de se impor a despeito do desenvolvimento econômico capitalista. Weber é cético com relação ao futuro da democracia. “Todos os barômetros da economia”, afirma ele, “prevêem o aumento das restrições à liberdade” (p. 103). A grande questão que se colocava era, pois, a seguinte: “como é ‘possível’ a persistência da democracia e da liberdade sob o domínio do alto capitalismo?” (p. 104).

O complexo de causas que explicariam a gênese histórica da nossa noção de liberdade teria se dado apenas uma vez na história. Tais condições, consideradas irrepetíveis por Weber, seriam as seguintes: a facilidade de difusão de (e a abertura para) novas idéias vindas de além-mar, as características próprias da estrutura econômico-social européia na época da auro-

ra do capitalismo, o domínio da ciência sobre a vida e, enfim, dadas concepções de valor originadas no mundo das representações religiosas. Ainda assim, Weber acreditava que valia a pena acompanhar de perto as experiências norte-americana e russa. Elas seriam as “últimas’ oportunidades para construir culturas ‘livres’, começando pelos ‘alicerces’” (p. 108).

Weber acertou em sua previsão de que a situação política russa tendia à radicalização. As pressões da Duma pela libertação dos presos políticos, direito à sindicalização e reforma agrária levam o Czar a dissolver o parlamento em julho de 1906. Em agosto, Weber publica “A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional”, em que dá continuidade à “crônica” iniciada no artigo anterior. Uma nova variável passa a ser considerada: a interferência do capital financeiro no processo revolucionário. Três décadas antes, em seu artigo *Soziales aus Rubland*, Engels havia mostrado que “as finanças [do Estado russo] estão arruinadas”. Weber faz um diagnóstico idêntico, e mostra como tal situação levou a uma dependência crescente do Czar face aos bancos estrangeiros, o que, por outro lado, lhe permitia manter-se insensível às demandas da burguesia russa e dos que a representavam na Duma. Assim, a abertura política prometida pelo manifesto de 17 de outubro foi simplesmente jogada no lixo por Nicolau II. A “racionalização burocrática definitiva de todo o campo da política interna” (p. 130) serviria ainda menos à causa da liberdade. Diante de um “absolutismo burocraticamente racionalizado”, mesmo a estratégia do terrorismo de setores da esquerda estava fadada ao fracasso (p. 136).

A questão-chave era, para Weber, o problema agrário. Para ele, a reforma agrária, tal como vinha sendo reclamada pelos camponeses, era simplesmente irrealizável. As “estatísticas” demonstravam que “não havia tantas terras assim” (p. 152). Somente um regime despótico, e que gozasse de finanças saudáveis, estaria em condições de eliminar as oposições à reforma agrária. Weber descarta a possibilidade de desapropriação forçada. O bom senso faltaria a todos, dos *Kadets* à esquerda revolucionária. Julgar que os camponeses poderiam realizar esta reforma por si sós não passava de “auto-ilusão” (p. 156-157). Em inúmeras passagens Weber revela sua crença de que somente uma liderança carismática, um “*parvenu* genial” (p. 157), estaria em condições de restaurar a ordem, pacificar o ambiente político e constituir as bases a partir das quais poderia surgir uma “nova Rússia”.

Em março de 1906, ficava claro que o governo estava encurralado. A “democracia ideológica” estava eliminada e Nicolau II, a quem Weber não poupa em momento algum, se rendera ao poder dos bancos. Somente assim se explica, acredita Weber, que as forças da reação tenham evitado a invenção da liberdade na Rússia.

A Duma teve, aos seus olhos, um desempenho surpreendentemente positivo: “não existe nenhum parlamento do mundo que tenha realizado

tanto em tão pouco tempo” (p. 175). Sua dissolução significava apenas o adiamento de uma verdadeira solução do dilema russo. Embora não dispusessem do “charme” das primeiras revoluções burguesas, ainda assim os acontecimentos de 1905 eram dignos de admiração. Afinal, diz ele, “jamais se viu tamanha prontidão para o martírio” (p. 184). A comparação com outras revoluções revelava uma outra diferença que Weber crê ser fundamental (e o fato de ele insistir repetidas vezes nesse ponto é bastante revelador em si mesmo): a ausência de uma liderança carismática à altura das exigências históricas do momento. Na Rússia faltariam “líderes realmente grandes”, “grandes personalidades” (p. 181-182). É evidente que ele não os reconhece entre os líderes da esquerda, e muito menos entre os bolcheviques, o que pode ser atribuído tanto às suas posições políticas pessoais quanto – é a tese de Wolfgang Mommsen – à sua convicção de que a Alemanha vivia uma situação análoga neste particular.

O último ensaio do volume (“A transição da Rússia à pseudodemocracia”) é, de longe, o menos inspirado. Aparentemente, a revolução de fevereiro de 1917 pegou nosso autor de surpresa. Como a maioria dos observadores, à exceção dos marxistas, uma solução de tipo não-burguês lhe parece improvável. Ele admite que há, entre os nomes que encabeçam o governo provisório, “chefes hábeis e pelo menos parcialmente desprendidos” (p. 190). O grande problema é que o governo provisório não dispõe de *crédito* no exterior – fragilidade que Weber considera fatal.

O leitor se surpreende por não encontrar uma apreciação, por ligeira que seja, da situação do proletariado russo. Nem mesmo os *soviets* são mencionados. É ainda o campesinato o ator social em que Weber concentra sua atenção. Para ele, não há paz à vista com a Rússia (àquela altura, não lhe escapava que a Alemanha caminhava a passos largos para a derrota na guerra). Pois o interesse principal dos novos governantes era manter os camponeses longe de casa. O campesinato também não deveria esperar muito dos operários. Na avaliação de Weber, a vitória dos primeiros poderia significar um atraso no desenvolvimento industrial russo. Ao fim e ao cabo, fevereiro de 1917 não seria uma revolução, mas o mero desligamento de um monarca incapaz (p. 207).

Em que pesem as fragilidades de sua crônica política, nos artigos de Weber não falta, como sempre, o lampejo da intuição genial. Para um homem que se inteirava do que ocorria na Rússia unicamente através da imprensa e dos seus contatos pessoais, o resultado inegavelmente impressionante. Somos tentados a imaginar como Weber pensaria hoje o dilema russo, de vez que, exatos cem anos depois, este não parece completamente solucionado. Talvez seja oportuno acrescentar que, em várias outras partes do mundo, a necessidade de invenção da liberdade e de superação do “despotismo oriental” continua a reclamar observadores do mesmo quilate.

